

Policciamento Comunitário nas favelas do Rio de Janeiro: atividade policial e controle social do Estado¹

Jorge Antonio Paes Lopes (UFRJ)

A partir do material de pesquisa empírica obtido para elaboração da minha dissertação de mestrado, da minha experiência num trabalho realizado pelo CESeC², onde tive a oportunidade de entrevistar e conversar com cerca de 60 policiais militares lotados na UPP do Morro da Providência, e das minhas primeiras entrevistas feitas com policiais militares que atuam na UPP da favela da Rocinha, neste ano de 2014, obtive um material que me possibilitou pensar e elaborar este estudo sobre essa experiência profissional dos policiais militares, bem como sobre suas percepções acerca das práticas de policiamento, num espaço físico estigmatizado que é a favela, perpassando pela questão da identidade profissional dos policiais militares envolvidos nessa experiência de ser policial de UPP.

A Unidade de Polícia Pacificadora – UPP, sucedeu o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais – GPAAE, após o surgimento, no contexto do Rio de Janeiro, das primeiras práticas de policiamento denominadas de “comunitário”³.

“O Rio de Janeiro conheceu, a partir da década de 1990, várias experiências de policiamento comunitário ou de proximidade. A primeira, no morro da Providência, na zona portuária do Rio de Janeiro, recebeu o nome de Grupamento de Aplicação Prático-Escolar (Gape) e foi seguida de projetos de policiamento comunitário em bairros de classe média – Urca, Laranjeiras e Copacabana. Em 2000, o governo estadual implantou nas favelas do

¹ IV ENADIR, GT14: Abordagens Antropológicas do Estado.

² Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESeC, da Universidade Cândido Mendes. Atuei como pesquisador contratado pelo CESeC, no final de 2010, aplicando questionários e visitando os postos de trabalho dos policiais, no Morro da Providência. Esta minha participação durou uma semana. O material que coletei integrou um estudo publicado pelo CESeC e coordenado pelas pesquisadoras Barbara Soares; Julita Lemgruber; Leonarda Musumeci e Silvia Ramos (2012). O levantamento, realizado de agosto a dezembro de 2010, abrangeu as nove UPPs então existentes e abordou formação e treinamento, condições de trabalho, características e problemas da comunidade, relação dos moradores com os policiais, avaliação dos policiais sobre o projeto das UPPs, grau de satisfação e expectativas dos policiais. O trabalho baseou-se em três grupos focais (com todos os comandantes, com cabos e com soldados) e na aplicação de 359 questionários nas favelas Santa Marta, Cidade de Deus, Batan, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Providência, Chapéu Mangueira/Babilônia, Borel, Formiga e Tabajaras.

³ Sobre a categoria “policiamento comunitário”, recomendo a leitura do artigo “Os sentidos da categoria “policiamento comunitário” no contexto das práticas institucionais de policiamento no Estado do Rio de Janeiro”, apresentado no XXII Encontro Nacional do Conpedi – Unicuitiba, no ano de 2013. (ver LOPES e FIGUEIRA, 2013).

Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, ambas em Copacabana, o primeiro Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (Gpae), cujo modelo foi repetido em várias comunidades fluminenses a partir de 2002.” (SOARES et al, 2012)

Assim sendo, GPAE e UPP surgem na história da Segurança Pública estadual como iniciativas cujo objetivo mais difundido, tanto na mídia como nos discursos dos representantes do Estado, é acabar com a violência nas favelas, “territórios da pobreza e do crime”, em geral provocada pelos confrontos entre policiais e traficantes de drogas. Para Machado da Silva (2010), as UPPs reproduzem a linguagem da violência urbana, o que ele chama de pecado original, mas, “ao menos como projeto, as UPPs são, de fato, uma novidade muito positiva”. (SILVA, 2010)

O trabalho da polícia militar conhecido como GPAE já teve sua prática encerrada. Hoje, utilizando algumas características da chamada “filosofia do policiamento comunitário”, as UPPs aparecem como um programa de governo.

“As UPPs têm sido pensadas e apresentadas como uma nova política de segurança, isto é, de manutenção da ordem pública, mas esse é um enorme exagero. Uma política de segurança supõe, necessariamente, confiança generalizada nas instituições, de modo a sustentar e expressar a legitimidade da atuação destas, e tal condição deve basear-se em um conjunto de políticas que combine, ao mesmo tempo, o controle e a prevenção das práticas definidas como ilícitas (isto é, a garantia de manutenção da ordem pública pela coerção juridicamente fundamentada) e a proteção social (isto é, a ampliação das condições de exercício da cidadania). Nesse quadro, as UPPs precisariam estar contidas nos limites restritos de um programa que propõe uma modalidade de atividade policial rotineira de controle social. Elas corresponderiam apenas à adaptação ao Rio de Janeiro do que o jargão técnico chama de policiamento ‘de proximidade’ ou ‘comunitário’. Isso é tudo que deveriam ser, e já seria muito, diante da tradicionalmente desastrosa atuação de nossas polícias.” (MACHADO, 2010)

De forma geral, o GPAE atuava em um posto dentro da favela. Os policiais eventualmente circulavam o Morro e voltavam para o posto, onde estavam concentrados os trabalhos com as ONG’s e os moradores⁴. Os moradores passaram a frequentar o posto policial que fica permanentemente no Morro e passaram, então, a conhecer melhor os policiais que ali trabalhavam. Essa aproximação e permanência dos policiais na favela passou a ser vista pelos moradores como algo diferente, pois antes dessa prática, eram comuns as

⁴ Os postos do GPAE atuavam em parceria com Organizações não Governamentais, que ofereciam cursos e outros tipos de assistência aos moradores da favela. No caso do Morro do Cavalão, essa parceria ficou conhecido como “de sucesso” entre os operadores de segurança pública e na mídia.

incursões da polícia apenas com o intuito de “varrer” a favela e deixá-la “em ordem”. A presença dos postos do GPAE, em muitas favelas, serviu também para que os moradores vissem mais de perto os problemas existentes nas práticas da corporação. As constantes subidas ao morro para buscar o “arrego”⁵ agora se davam a qualquer hora do dia ou da noite. Muitas denúncias surgiram a partir dessa aproximação da polícia com as favelas. O que antes era visto pela sociedade em geral como uma entrada austera do poder público para manter a ordem nas favelas, deu lugar a uma prática que quase dissipou as fronteiras morais existentes entre o estado e os traficantes. Todos passaram a ocupar o mesmo espaço e os moradores se viram vitimados por ambos, polícia e traficantes, experimentando, em quase todas as favelas onde o GPAE se instalou, a tirania e mecanismos de mediação impositivos e despóticos⁶.

No Morro do Cavalão hoje, onde o GPAE, em tempos de UPP, passou a ser chamado de Companhia Destacada, o posto permanece no mesmo lugar, com o efetivo reduzido e sem a realização dos trabalhos com as ONG’s.

A UPP funciona de forma diferente do GPAE. Na oportunidade que tive de conhecer o trabalho da UPP no Morro da Providência, pude observar as diferenças entre o GPAE no Morro do Cavalão e a UPP naquele morro.

A UPP é dividida em vários postos⁷ espalhados pelo morro, ao invés de conter um único posto, como o GPAE. Na UPP permanece a existência de uma sede, num prédio, onde se concentram todas as atividades promovidas por ONG’s ou pela própria polícia e onde se concentram os policiais responsáveis pelas escalas nos diversos pontos da favela. Estes policiais não estão submetidos a um batalhão, pois possuem um comando específico, inclusive com fardas próprias, diferentes dos policiais lotados em batalhões.

Para ser integrante do GPAE, bastava que o Capitão responsável pelo posto fizesse, ao seu gosto, um processo seletivo no batalhão, verificando quais policiais apresentavam o perfil para um trabalho mais comunitário. O capitão formava sua equipe de trabalho convidando aqueles que considerava portadores do perfil adequado. Na UPP, a grande maioria dos policiais é composta de jovens recém- ingressados na corporação. Após submeter-se ao concurso público para a polícia militar, os aprovados são diretamente encaminhados aos

⁵ Categoria nativa usada para definir a propina que os policiais recebem para fazerem vista grossa aos desmandos cometidos pelos traficantes nas favelas.

⁶ Parte destas afirmações são da antropóloga Jaqueline Muniz, que também falou na apresentação dos resultados da pesquisa do CESeC acima explicitada.

⁷ Embora sejam chamados de “postos”, não há uma edificação para localizar o “posto”. Trata-se de um local determinado dentro da favela onde os policiais ficam de pé, parados, ou andando nos arredores.

cursos de formação voltados para um policiamento comunitário, que contém aulas de uso seletivo da força, direitos humanos, relações interpessoais, dentre outros. Os cursos são ministrados por professores especializados, operadores de segurança pública ou não, e parte deles é de responsabilidade da ONG Viva Rio.

Notei nos discursos dos policiais que entrevistei na UPP Providência que muitos não estavam satisfeitos com o fato de terem sido incluídos, a revelia, no curso de preparação para atuação na UPP. Muitos deles sonhavam em ingressar na corporação e fazerem parte de um batalhão, exercendo o policiamento ostensivo, nas ruas, nos confrontos armados, enfim, no exercício clássico de um policiamento tradicional. A decepção em ser obrigado a ser “assistente social de favelados”⁸ era notória na maioria dos policiais.

Para esclarecer a diferença entre estrutura de funcionamento de uma UPP e do GPAE, apresentei a descrição de como se organiza o trabalho no Morro da Providência, comparando-o com a forma como a polícia atua/atuou no Morro do Cavalão. A explicitação dessas diferenças contribui para esta reflexão a partir do momento em que situa não só a localização geográfica da polícia nas duas favelas, mas também as possíveis perspectivas do trabalho da polícia.

Na Providência há uma divisão das escalas por “alas” que vai de A a D. Ao todo são 25 postos⁹ de escala de trabalho. Em cada posto ficam de plantão (que em geral dura 12 horas) dois policiais.

No Morro do Cavalão, não encontrei relatos ou registros que indicassem essa prática por parte dos policiais do GPAE. Apenas as rondas a pé eram praticadas. Atualmente, nem mesmo essa prática ocorre.

Sobre as condições dos postos de trabalho, observei que há uma generalizada insatisfação dos policiais. Consegui conhecer quase todos os postos do Morro da Providência. Nenhum deles, a exceção da sede, pelo que pude observar, oferece boas condições de trabalho aos policiais. Debaixo de árvores, marquises, na porta de bares, nas esquinas... Os policiais ficam espalhados pelo morro, cumprindo longas horas de plantão, seja dia, seja noite, chova

⁸ Categoria nativa dos policiais ao se referirem ao trabalho realizado pela UPP.

⁹ São eles: Expediente administrativo (na sede da UPP); Morro do Pinto I; Morro do Pinto II; Monte/Souza Bandeira; Praça Américo Brum; Laje; PPC; Ocupação da Pedra Lisa; Permanência; Conjunto dos Portuários; Escadaria do Túnel; Monte/Livramento; Bandeira do Sessenta; Ladeira Barroso/Faria; Toca; Beco da Associação; Nabuco de Freitas; Escadaria do Hotel; Amazonas; Guarda; Rumb; GAT; PPC; Mot. Supervisão; Supervisão de graduados.

ou faça sol, em condições precárias. Além da exposição ao perigo iminente (relato de alguns entrevistados), não se tem banheiro, nem água, nem nada. “Se não fosse a hospitalidade e a generosidade de alguns moradores, estaríamos perdidos.”¹⁰

No Morro do Cavalão, a sede localizada no “campo” era o local central da atuação dos policiais, seja para solucionar eventuais conflitos ou para conversar com os moradores. Na sede, os policiais faziam suas refeições e contavam com uma estrutura bem melhor que nos postos da Providência. O trabalho se dava mais no sentido de convidar os moradores a frequentarem o posto-sede e interagirem com os policiais, nos cursos, palestras, reuniões ou conversas informais. Alguns policiais relataram que eram chamados aos locais onde havia algum tipo de problema, como brigas de casais, maus tratos a menores ou brigas de vizinhos. Nesses casos, eles se dirigiam até o local do fato, sempre que provocados, e ali interagiam com os moradores. No GPAE, os momentos que mais aparecem como “de integração com a comunidade” são as festas, que também eram promovidas na sede.

No Morro da Providência, a presença constante dos policiais espalhados pelos postos tem como objetivo a interação, a “proximidade” deles com os moradores, além da intenção de dar visibilidade à presença da polícia no local. Muitos policiais relataram que, aos poucos, os moradores, especialmente crianças e idosos, iam ganhando confiança na presença deles e a aproximação amistosa passava a ocupar o lugar de desconfiança e medo que tinham da polícia.

No Morro do Cavalão, a aproximação dos policiais com as crianças e com os moradores se dava, em geral, na própria sede, já que estes é que iam ao local onde a polícia estava, tornando a sede o local da construção dos novos paradigmas desejados pela filosofia do policiamento comunitário, hoje mais difundida como polícia de proximidade.

Com relação aos limites geográficos no morro da Providência, um dos policiais relatou de forma interessante a maneira como ele vê os moradores do Morro. Ao entrar no tema de abordagem policial para revista dos moradores e visitantes¹¹, o policial estabeleceu limites geográficos para identificar “quem presta” e “quem não presta”. Diversas vezes, referindo-se a diversos postos, ele usou a expressão “da escadaria pra cima”. Segundo o ponto de vista

¹⁰ Numa de minhas andanças pelo Morro, vi dois policiais (no posto chamado Conj. Portuários) comendo suas quentinhas apoiadas numa coluna de concreto e com uma garrafa pet de 2 litros de refrigerante no chão. Eles comiam em pé. Os fuzis pendurados nos ombros pareciam compor os instrumentos necessários para a hora da refeição.

¹¹ Refiro-me aqui ao questionário aplicado nas entrevistas. O tema era o assunto das perguntas a serem feitas.

dele, “da escadaria pra cima” os moradores são mais hostis, são mais ligados ao tráfico, são mais tendentes ao crime. Da escadaria pra baixo, onde é possível o acesso de carro, os moradores são bons, tem mais trabalhadores. Assim, ele vê como pessoas diferentes os moradores que vivem “da escadaria pra cima” e os que vivem “da escadaria pra baixo”¹².

Essa visão generalizante e estigmatizante dos policiais em relação a determinadas áreas dentro da favela também apareceu no discurso de um policial que entrevistei, que trabalhou na favela do Caju e na Rocinha.

“A comunidade tem muitos oportunistas. Tem gente que tá ali e que tem situação financeira muito boa. Na Quinta do Caju eles abraçam a gente, conversam. Na parte de São Sebastião os moradores nem água dão, nem olham pra gente. Eu já fui até em churrasco na Quinta do Caju, de um morador que me convidou e eu fui.” (Policial Militar entrevistado em 2014)

No Morro do Cavalão as distinções entre “quem é bom” e “quem não é” não se davam, na perspectiva dos atores policiais, levando-se em conta aspectos geográficos. Quase todos exaltavam a importância do trabalho com as crianças do Morro, que poderiam disseminar a boa imagem da polícia entre os moradores das demais faixas etárias. Havia um certo consenso, no caso dos policiais do GPAE, no sentido de que os adultos não eram o alvo principal, pois dificilmente mudariam seus hábitos, sobretudo os “maus hábitos”. A ideia era “plantar a semente do bem na cabeça das crianças”. Quase todas as ações desenvolvidas no posto do GPAE do Morro do Cavalão eram voltadas para as crianças.

No discurso institucional sobre o perfil dos policiais que atuam na UPP, há uma parte intitulada “perguntas frequentes”, onde a resposta à pergunta “Qual o perfil do policial para atuar numa UPP?” é a seguinte: “Os policiais lotados nas UPPs deverão ser recém formados. Ideia semelhante em outros países, visa favorecer a introdução de uma nova doutrina, o que seria mais difícil com policiais habituados ao velho modelo, e tentar diminuir os níveis de corrupção.” Essa seleção para ingresso na UPP não leva em conta a vontade do policial.

¹² Este mesmo policial me contou com riqueza de detalhes como eram as festas do tráfico no morro. A Praça Américo Brum era o local de encontro. A quadra construída na praça possui um palanque (uma espécie de observatório ou camarote) de onde o dono do morro e seus aliados mais íntimos ficavam observando, do alto, a movimentação das festas. O exercício do poder do soberano, neste caso o traficante, era ostentado por seu posicionamento num nível superior, de onde é possível ver a todos. A cena deve assemelhar-se bastante aos espaços ocupados pelos reis e seus súditos, conforme vemos nos filmes de época. Muitos participantes das festas, drogados e portando armas, tiravam as roupas e andavam nus pelo meio do grupo. Tudo acontecia sob o olhar atento do “dono do Morro”. Geralmente, os frequentadores das festas, segundo o policial, moravam “da escadaria pra cima”.

Essa imposição ao policial recém formado para atuar numa UPP, realizando um trabalho com o qual não se identifica, gera uma série de problemas que podem comprometer o desejado “sucesso” dessa “nova política de segurança”. A prática do chamado policiamento comunitário não tem, de acordo com os entrevistados, adesão da corporação. Essa forma de atuação policial não é vista com bons olhos por aqueles que recebem essa incumbência de forma impositiva.

Num estudo sobre o tema, BITTNER, 2003 destacou que a maneira como as organizações estão estruturadas encorajam o mau trabalho policial e que, com isso o policial perde aquilo que ele chama de vocação verdadeira:

“... as estruturas organizacionais existentes encorajam o mau trabalho policial. Por trás disso está uma dose comum de interesse mercenário e de ostentação, e a inércia em relação à maneira como as coisas se encontram. Mas a principal causa é uma ilusão. Acreditando que a base real para sua existência seja a busca permanente daqueles criminosos como Willie Sutton – busca em que se perde tanto tempo como recursos – os policiais se sentem compelidos a minimizar o significado daqueles exemplos de desempenho em que parecem ter seguido os passos de Florence Nightingale. Temendo o papel de uma enfermeira ou, pior ainda, o papel de uma assistente social, o policial combina o ressentimento contra esse trabalho constante, entra dia sai dia, com a necessidade de realizá-lo. E nisso perde sua vocação verdadeira.” (BITTNER, 2003: p.247)

Em novembro de 2010, realizou-se um debate chamado “UPPs em questão”¹³. Neste debate, o professor Roberto Kant de Lima disse que a UPP tem uma teoria implícita que informa uma prática explícita. A emergência das UPPs cria a possibilidade de se discutir o assunto polícia e cria uma teoria de polícia.¹⁴ Encontros desse tipo, tanto no ambiente acadêmico quanto dentro da corporação tornaram-se cada vez mais rotineiros. As pesquisas sobre o assunto também tiveram, nos últimos anos, um crescimento grande, ampliando ainda

¹³ Este debate aconteceu no dia 03 de novembro de 2010, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense - UFF e a mesa estava composta de nomes como Marcelo Freixo, Tenente Coronel PMERJ Robson Rodrigues e o professor Roberto Kant de Lima, dentre outros.

¹⁴ A continuação, um político presente na mesa de debate disse que essa discussão só se dá na área da Segurança Pública porque não é possível fazer com esse tema o que as classes mais favorecidas fizeram com a saúde e com a educação. Esses dois serviços essenciais que o estado deve prestar aos cidadãos, e que não o faz a contento, especialmente nas favelas, foram facilmente resolvidos quando se iniciou a prática de privatização dos serviços: escolas particulares, planos de saúde, etc. Entretanto, quando se trata de Segurança, não dá para criar um mecanismo eficaz de proteção, por mais que se invista em arsenais de prevenção como vemos em condomínios fechados e sistemas privados de segurança. A promoção do debate é nitidamente um interesse das classes mais abastadas, já que não é possível a criação de um meio de estabelecer fronteiras de poder quando o assunto é Segurança. “A polícia do Rio de Janeiro é barata, violenta e corrupta. Serve a interesses da política partidária” – concluiu o político.

mais o repertório do que o professor Kant de Lima chamou de “teoria de polícia”. As discussões internas na instituição policial e os estudos que visam a melhoria do trabalho policial são coisas recentes no Brasil.

“No caso do Brasil, só bem recentemente o debate em torno das polícias alcançou um lugar de destaque, mobilizando a comunidade científica, a sociedade civil e os tomadores de decisão. Durante um bom tempo, os assuntos relativos à construção de uma segurança pública democrática e, por sua vez, a redefinição do papel das agências policiais permaneceram, curiosamente, à margem do processo de consolidação da democracia vivido no país. Foi, precisamente, nesta década que a "crise da segurança" ganhou relevância pública. A "revolta das praças", ocorrida em vários estados, no ano de 97, contribuiu, ainda que por uma via traumática, para emprestar uma maior visibilidade ao problema das polícias brasileiras, evidenciando os enormes riscos a que está exposta a sustentação do estado de direito, quando se tem uma debilidade crescente dos organismos policiais aliada ao discreto conhecimento sobre a sua realidade.” (MUNIZ, 1999)

Sendo assim, “a UPP tem uma teoria implícita que informa uma prática explícita”, prática esta que aparece nos discursos dos policiais, que veremos em seguida, revelando uma série de sentidos, dentre eles o sentimento de impotência, o de não se sentir policial de verdade, de ser assistente social de favelado, de ver o crime e não poder fazer nada, etc.

Quando eu estava realizando a pesquisa na UPP do Morro da Providência, um cabo com 14 anos de experiência na polícia veio voluntariamente conversar comigo dizendo: “Você que é pesquisador, tem interesse nisso, vou te dizer o que eu acho da UPP.” Naquela ocasião, percebi que havia um desejo dos policiais de falar sobre o assunto. O policial que atua hoje numa UPP, realizando um concurso que visa o preenchimento das vagas para uma polícia tradicional, se vê obrigado a aprender e a exercer uma função que ele não considera como trabalho de polícia. Além disso, há um certo descrédito em relação ao sucesso dessa “nova política de segurança”.

“...o trabalho da polícia chegou, estabeleceu a ordem, desfez os grupos criminosos e a população passou a ser aliada da polícia, rejeitando os criminosos. Um belo dia, a polícia muda, os policiais são transferidos e tudo volta para as mãos dos traficantes. Quem sofre com isso? Os moradores. Muitos lá no Cavalão apanharam dos traficantes, tiveram que se mudar de suas casas, depois que o morro voltou a ser território do tráfico, por culpa dos governantes.” (Policial Militar entrevistado em 2011)

O policial se referiu ao trabalho do GPAE no Morro do Cavalão, que fez a população se aproximar da polícia, participar de eventos dentro do posto policial, das festas e depois se retirou, abandonando os moradores, que ficaram à mercê de traficantes. No desabafo, o policial demonstrou preocupação com a UPP, com base no exemplo do Morro do Cavalão, que durante anos foi referência de ação bem sucedida da polícia militar na modalidade policiamento comunitário e que hoje não é nada.

“Se isso acontecer com a UPP, quem vai sofrer são os moradores, que serão humilhados pelos traficantes e o governo não tá nem aí. Isso é uma covardia com os moradores.” (Policial Militar entrevistado em 2011)

Por outro lado, ao ocupar a favela de maneira permanente, os policiais da UPP, especialmente os ligados ao comando da corporação, referem-se à “resistência” de alguns moradores que não estariam satisfeitos com a presença da polícia.

“Nesses espaços geográficos da cidade verifica-se a incidência grave de ações de resistência ativa à presença policial, muito provavelmente, em razão do resgate territorial e do consequente enfraquecimento das dinâmicas associadas ao tráfico de drogas ilícitas.” (Boletim da PM n. 086, 2014)

A categoria “resistência”, referindo-se às ações de grupos de moradores das favelas, é entendida como um obstáculo grave do trabalho da polícia, para que haja uma continuidade do programa.

“Lógico que existem focos de resistência. Diversos eventos foram proibidos de serem realizados exatamente porque não respeitavam as regras e aí há todo um foco de resistências, mas, incrível, esses focos são facilmente vencidos porque é um grupo muito pequeno que faz essa resistência...” (delegado da polícia civil – UPP Rocinha – entrevistado em 2014)

Por considerar essas ações de “resistência” ao trabalho policial de “pacificação” graves, o comandante geral da polícia militar do Rio decidiu melhorar as condições de trabalho dos policiais realizando esse seminário que teve como objetivo compreender o conjunto dessas demandas dos policiais e dos moradores.

“Diante dessa grave realidade, preocupado em garantir condições mínimas de trabalho aos policiais, com segurança e conforto, reduzindo dessa forma as condições objetivas de risco e vulnerabilidade, o comando geral da corporação, através de seu comandante, tomou a

iniciativa de propor a realização de um seminário com o objetivo superior de melhor compreender o conjunto dessas demandas e expectativas tanto dos policiais militares que estão submetidos a essa realidade profissional, com ênfase especial para as UPP localizadas em espaços geográficos de interesse especialmente destacado como sendo espaços de interlocução social de maior criticidade e sensibilidade, quanto dos próprios moradores locais, que convivem com essa realidade e ambiente potencialmente conflituoso.” (Boletim da PM n. 086, 2014)

No centro desse conjunto de esforços para a criação de uma “teoria de polícia”, seja por parte dos representantes do Estado, seja por parte do comando da corporação, estão os praças da polícia militar.

Segundo informações trazidas pelos entrevistados, os policiais lotados nas UPPs são, na maioria dos casos, recém-ingressados na corporação e passam por um curso de seis meses. Todos os entrevistados¹⁵, chamaram a atenção para a falta que sentiram, no curso de formação, de técnicas mais voltadas para o combate, uso de armas, etc. Segundo eles, essa parte teórica sobre polícia comunitária, direitos humanos e relações interpessoais “é tudo inútil”. Conforme afirma Machado da Silva (2010), “os policiais que vão atuar nas UPPs passam por um período de treinamento. Entretanto, a julgar pelas críticas que se avolumam, este não é suficiente para alterar com a profundidade necessária seu modo de atuação, que sempre foi agressivo e desrespeitoso em relação às camadas populares.” (SILVA, 2010)

“Eu senti falta da prática no curso de formação. A realidade é muito diferente do papel. Eu acho isso inútil. Pra você ter uma ideia, eu tive pouquíssimo preparo para usar um fuzil. Eu aprendi na marra, porque lá ninguém ensina isso direito.” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

“Nosso recrutamento foi todo voltado para polícia comunitária. Na prática não é nada disso”. (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

Notei que existe um sentimento compartilhado entre os policiais que entrevistei de impotência, de grande insatisfação com o trabalho desenvolvido na UPP. O fato de não poder agir de forma mais autônoma, a exemplo do que fazem os policiais “tradicionais” que patrulham as ruas e são lotados nos Batalhões, gera nos policiais um sentimento de impotência:

“A PM é o ouvido do estado na comunidade. Mas você só ouve e não adianta nada. O estado não faz e você também não pode fazer. O tráfico tá ali e você não pode fazer nada. Os

¹⁵ Refiro-me aos policiais com os quais conversei em 2014.

moradores de bem denunciam e você não pode fazer nada, senão é punido.” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

Quatro dos policiais que entrevistei tinham algum tipo de reclamação contra seus comandantes das Unidades. Segundo eles, só quem se dá bem nessa história toda é o comandante da UPP, porque os policiais estão humilhados na comunidade.

“Uma vez um colega meu estava dando uma dura num morador e o comandante chegou e disse que ele estava preso, que ele não queria nenhum policial tratando os moradores daquele jeito. Os moradores que estavam em volta até aplaudiram. Isso é uma humilhação com o policial. Aí, quando chegou na base ele disse que não ia prender não, que era só pra ganhar a confiança dos moradores. Isso é coisa que se faz?” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

Além da humilhação vinda dos próprios superiores da corporação, segundo os policiais, alguns moradores agem com indiferença à presença policial e com atitudes desrespeitosas:

“Eu já ouvi morador me dizendo assim: Vocês não são policiais nada... essa provinha que vocês fazem aí qualquer um passa... Quando acabar a Copa e a Olimpíada vocês vão embora. Eles não respeitam a gente não.” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

Um dos trabalhos desenvolvidos pelos policiais entrevistados é chamado de “GPP Proximidade” (Grupo de Pacificação de Proximidade). Esses grupos, segundo a definição dos entrevistados, servem para colher informações da comunidade, para conversar com as senhoras, com os moradores. Esta aproximação nem sempre é uma boa experiência para os policiais. Isto porque, no caso das policiais femininas, chamadas de FEM pelos seus pares, costumam receber cantadas dos moradores e não podem fazer nada.

“A gente tem que fingir que não ouve e não vê nada. Uma vez, eu e outra FEM, estávamos no GPP sozinhas. Aí os traficantes começaram a mexer com a gente: vem cá gostosa, vem cá... e a gente ia fazer o quê? ...” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

A reação dos traficantes também foi relatada por uma FEM que entrevistei, demonstrando em seu discurso o quanto se sente impotente:

“Uma vez eu fui abordar um traficante e ele não quis. Nem ligou, dizendo que sou mulher, e foi embora. Você nem imagina o que a gente passa lá...” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

A categoria “medo” também aparece nos discursos dos policiais entrevistados.

“O policial hoje tem medo de andar na rua. Antigamente a gente abordava uma pessoa e tinha respeito.” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

“Hoje o policial vai para a rua com medo de trabalhar.” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

A insatisfação presente nos discursos dos policiais militares entrevistados é evidente. Ao serem questionados sobre suas rotinas de trabalho, eles apresentavam mais reclamações do que propriamente descreviam suas ações diárias. As reclamações iam dos moradores aos governantes. Conforme aparece no estudo de Jaqueline Muniz e Proença Jr (2007), “o problema é a tal política”, que no caso do policial com quem conversei, a “política” são as “autoridades”.

“As autoridades avacalham com a polícia. Eles querem que a gente não faça nada. O cara joga um saco de mijo na minha cara e eu não vou fazer nada? O comandante geral da PM foi exonerado no dia seguinte porque disse que era homem e que reagir era normal. Você defende as pessoas e é condenado por elas mesmas. Hoje, ser policial, ainda mais comunitário, é muito difícil” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

Ainda sobre os comandantes das UPPs, há relatos de recebimento de propinas dos traficantes, chamada de “arrego” pelos nativos. O verbo “fechar” também é usado para explicar a ação de estar acordado com o tráfico, recebendo algum benefício em dinheiro.

“O tráfico gera uma economia muito forte na favela. Quando chega a polícia, a economia da favela quebra. A polícia nunca será bem vinda assim. Ainda tem os comandantes que fecham com os traficantes...” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

Relatos envolvendo dinheiro foram comuns nos discursos dos policiais entrevistados. Um deles afirmou que em determinadas favelas não é interessante para os traficantes alvejar policiais porque vai atrapalhar as vendas de drogas. Isso porque, o principal objetivo do trabalho realizado pelas UPPs não é acabar com o tráfico de drogas, conforme se verifica no discurso institucional.

“Não são objetivos das UPPs: Acabar com o tráfico de drogas. Acabar com a criminalidade. E, sim, retomar territórios ocupados por facções de criminosos fortemente armados. Hoje, as UPPs representam uma importante ‘arma’ do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população.” (www.upprj.com)

A favela da Rocinha é um exemplo de que o tráfico não será combatido com a presença da UPP:

“O policiamento mesmo, na Rocinha, é só onde as pessoas estão vendo. No interior do morro, o fogo tá pegando. E vai continuar assim. A Rocinha faz 10, 15 milhões por mês de drogas. E vai continuar... É muito dinheiro” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

Os policiais sempre davam exemplos de comandantes “bons” após narrar exemplos de comandantes que “fecham” com o tráfico. Segundo eles, os “bons” comandantes acabam sofrendo perseguições do governo até serem presos.

“Eu tive um comandante que não aceitava que os moradores reclamassem dos pms. O morador chegava lá e o comandante mandava ele voltar, dizendo que todos os policiais eram excelentes. Esses comandantes bons estão presos.” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

“Teve uma festa na Bandeira do Vasco e o comandante parou um caminhão cheio de cerveja dizendo que se não apresentasse o documento do caminhão e a nota fiscal da cerveja, não ia passar. O caminhão tá lá até hoje. A viatura foi até baleada por causa disso. Mas depois que o comandante sair, a festa é liberada...” (Policial Militar – UPP – entrevistado em 2014)

A exemplo do que ocorreu no início, quando surgiram as primeiras iniciativas que colocavam a polícia militar, tradicionalmente habituada a operar com a lógica da “repressão”, para atuar com a lógica da “prevenção”, numa prática então chamada de “comunitária”, os policiais de hoje não parecem acreditar no modelo de atuação da UPP como uma política de Segurança Pública capaz de combater os reais problemas da cidade, como “o crime organizado”. Isso porque, as práticas aparecem como “teatro” e eles se sentem menos policiais. É o caso dos policiais que antecederam as UPPs, participando de práticas chamadas de policiamento comunitário.

“...os policiais que se dispunham a se informar e atuar pautados nessa nova forma de patrulha, ainda contavam com categorias estigmatizantes da corporação para com ela mesma, como ser “menos polícia”, “não fazer nada”, ser “relações públicas”, praticar atividades “menores”, fazer “brincadeira de menina”, “aquele que não sobe morro”, “aquele que não troca tiro”, “aquele que não encara bandido”, “masculinidade duvidosa”, “policial cor-de-rosa”, etc. Paralelamente, reforçava-se na corporação a cultura policial tradicional, dominante, que supervaloriza como critério de desempenho e como “verdadeiro trabalho de polícia” atuações mais diretamente relacionadas à *repressão do crime*, tendendo a considerar secundárias outras tarefas.” (ALBERNAZ; et al, 2007 e MUNIZ; et al, 1997)

Na fala dos policiais, quem quer ser polícia de verdade tem vontade de sair da UPP, ir para um Batalhão.

“Eu rezei muito pra sair da UPP. Eu chegava em casa mal. Não dormia direito. Me sentia humilhado. Um absurdo. Na minha primeira semana de trabalho eu vi chegando uma BMW. Fomos ver quem era, o que uma pessoa com um carro daquele estaria fazendo ali. O cara, cheio de marra, falou: *ó, quem tem que receber o dinheiro já recebeu, então é melhor vocês ficarem aí na de vocês.* Eu fiquei muitos dias me sentindo mal. Já recebi propostas pra ganhar dinheiro também. Mas graças a Deus eu consegui ir pro Batalhão. É bem melhor.” (PoliciaI Militar – UPP – entrevistado em 2014)

Para justificar seu desejo, que segundo ele, era o de muitos policiais da UPP, de sair desse tipo de trabalho, ele deu um exemplo daquilo que ele chamou de “covardia” com o pessoal de UPP.

“Uma vez eu fui apoiar em São Carlos e fiquei num lugar chamado Ilha do Rato. Largaram a gente lá e a gente não sabia nem pra onde ir. Eu e mais 3 pm. Nenhum conhecia o lugar. Ficamos lá, perdidos, largados, uma covardia.” (PoliciaI Militar – UPP – entrevistado em 2014)

Pode-se dizer que não há uma identificação dos atores com o trabalho desenvolvido nesse tipo de policiamento. Categorias como “impotência”, “humilhação”, “teatro”, apareceram nas falas dos entrevistados para definir os sentimentos ligados a sua rotina de trabalho, denotando não só uma insatisfação, mas uma completa falta de identificação com o trabalho. A preocupação com a “punição” do comandante faz com que os policiais ajam de forma indiferente a tudo o que dizem e fazem os moradores da favela. Tudo isso, associado à ideia compartilhada na corporação de que o policiaI de UPP é um “assistente social de favelado”, faz com que a maioria dos policiais se sinta cada vez menos satisfeita com a atividade que exerce e “temendo o papel de uma enfermeira ou, pior ainda, o papel de uma assistente social, o policiaI combina o ressentimento contra esse trabalho constante, entra dia sai dia, com a necessidade de realizá-lo. E nisso perde sua vocação verdadeira.” (BITTNER, 2003)

“Eu já fui morador de comunidade e achava que era uma coisa boa, antes de entrar pra polícia, há dois anos. Depois vi que era um teatro. É uma polícia pra aparecer na televisão.” (PoliciaI Militar – UPP – entrevistado em 2014)

A pesquisa realizada pelo CESeC sobre o que pensam os policiais, demonstrou que os policiais não têm a sensação de pertencimento a esse tipo de trabalho policiaI, além das

insatisfações que perpassam todo o trabalho na UPP. “Observou-se que os policiais, em sua maioria, não viam as UPPs como um novo modelo de policiamento, ou seja, não tinham ‘vestido a camisa’ e incorporado a filosofia que, em tese, inspira o projeto. Naquele momento, entre eles não parecia ter se desenvolvido ainda uma cultura de pertencimento a um grupo especial ou de adesão a um novo modelo de policiamento, já que suas demandas e percepções expressavam predominantemente interesses e questões de natureza individual, como salário, escala e condições de trabalho.” (SOARES et al, 2012)

Uma das perguntas feitas aos policiais que entrevistei foi sobre a necessidade de uso do fuzil. Todos, sem exceção, afirmaram que sem o fuzil não seria possível trabalhar na UPP. Mesmo sem ser perguntados, já que o questionário era objetivo, a maioria se manifestava com expressões e explicações sobre a resposta afirmativa à pergunta: “claro que sim, isso é essencial pro nosso trabalho”; “pode faltar tudo, menos o fuzil”¹⁶

Nas entrevistas que fiz em 2014 observei que os policiais ainda não acreditam na durabilidade do programa, apesar de já terem se passado quase 4 anos da constatação inicial dessa situação, na pesquisa do CESeC. Os policiais disseram que até mesmo os moradores falam que o tempo de permanência da UPP dentro da favela está acabando.

“Um dos fatores que podem ajudar a entender a baixa identificação dos policiais com o projeto é a expectativa de que este não irá perdurar: 70% dos entrevistados concordaram com a afirmativa corrente de que as UPPs foram criadas só para garantir a segurança da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Ao menos no momento em que a pesquisa foi realizada, eles não pareciam, portanto, perceber as UPPs como verdadeira e duradoura inflexão na política de segurança. O longo histórico, no Rio de Janeiro, de mudanças bruscas das diretrizes governamentais na área de segurança pública e de interrupção de projetos de policiamento inovadores provavelmente contribui para a incerteza ou descrédito quanto à sustentabilidade no tempo das UPPs.” (SOARES et al, 2012)

¹⁶ “Cabe ressaltar, porém, que os questionários foram aplicados no período em que ocorreram ataques de criminosos em diversas regiões da cidade, pouco antes da ocupação militar da Vila Cruzeiro e do Alemão, em novembro de 2010, o que determinou, inclusive, a interrupção do trabalho de campo por alguns dias. É provável que algumas respostas a respeito do risco de invasões e da necessidade do uso cotidiano do fuzil tenham sido, em alguma medida, influenciadas pelo clima especial de apreensão existente naquele momento.” (SOARES et al, 2012)

Considerações finais

A UPP tem “várias faces”, conforme afirma Machado da Silva (2010). Essas faces podem ser reveladas a partir das “práticas explícitas”¹⁷ dos atores envolvidos nessa “nova política de segurança” (SOARES et al, 2012).

As primeiras práticas policiais que seguiam a “filosofia do policiamento comunitário” eram, em certa medida, amórficas e dependiam em grande parte da atuação personalizada do comandante. Conforme vimos, o GPAE foi uma das tentativas de se promover uma política de segurança especialmente criada para as favelas, as chamadas “áreas especiais”.

No caso do GPAE do Morro do Cavalão, essa prática policial ficou registrada como “de sucesso”, servindo de modelo para a corporação. Os policiais que atuavam no GPAE do Morro do Cavalão diziam estar satisfeitos com o trabalho que realizavam ali. Isso porque, o comandante convidava pessoalmente os policiais que ele considerava ter o perfil para atuar nesse tipo de trabalho policial. Sendo assim, nenhum policial que atuava no GPAE do Morro do Cavalão se sentia obrigado a estar ali, independentemente de sentir-se, de fato, pertencente ou não a uma nova modalidade de policiamento.

Já em relação aos policiais da UPP do Morro da Providência e dos demais policiais de UPP entrevistados, não havia identificação com o trabalho que realizavam e não havia a sensação de pertencimento ao trabalho. Os policiais não “vestiam a camisa” do programa do governo. Primeiro, porque eles não escolhiam realizar este tipo de trabalho e ainda eram obrigados a participar de cursos de formação com uma ementa que consideravam “inútil”. Segundo, porque eles estão acostumados, mesmo os recém chegados, a admirar um trabalho policial mais combativo, que vai para as ruas, que sobe os morros para guerrear com bandidos, no estilo “tradicional” da polícia militar. Nesse sentido, nem os cursos, nem o contato com a prática dessa “nova política de segurança”, nem as emergentes “teorias de polícia” tem sido capazes de “alterar com a profundidade necessária seu modo de atuação, que sempre foi agressivo e desrespeitoso em relação às camadas populares.” (SILVA, 2010)

Na pesquisa publicada pelo CESeC, constatou-se que 70% dos entrevistados, lotados em diversas UPPs da cidade, disseram que preferiam estar trabalhando num Batalhão tradicional a estar numa UPP. Além disso, os discursos dos entrevistados apontam para uma insatisfação generalizada, com reclamações que vão do tipo de trabalho que exercem e

¹⁷ Num seminário citado na nota 19, o professor Roberto Kant de Lima disse que a UPP tem uma teoria implícita que informa uma prática explícita.

condições de trabalho, passando pela sensação de impotência diante dos favelados, até as críticas ao governo e seus programas.

O apego dos policiais das UPPs ao fuzil revela o desejo de, mesmo sendo considerado um “policial cor-de-rosa”, manter-se munido de um aparato que o aproxima da lógica do combate, da guerra armada: “pode faltar tudo, menos o fuzil”.

O policial de UPP reconhece uma série de fragilidades do programa e se sente desmotivado, impotente diante dos problemas que enfrenta no dia a dia. Suas experiências nesses espaços físicos estigmatizados resultam em discursos de insatisfação com o trabalho e descrédito com o programa, a ponto de se sentirem parte de um “teatro”. As relações dos praças com seus comandantes, em geral, também é de insatisfação. A existência de comandantes que “fecham” com o tráfico aumenta ainda mais o desejo dos praças de saírem da UPP, já que acreditam que, no Batalhão, terão mais autonomia para agir como policiais, seguindo a lógica tradicional do “ser policial de verdade”.

As práticas de policiamento neste contexto produzem uma série de sentidos ligados à identidade profissional dos praças. Para Jaqueline Muniz (1999), existe uma espécie de “identidade social deteriorada” dos policiais, na perspectiva da população, que acredita que os policiais fazem parte de uma “raça à parte”. Neste caso, porém, o que se tem é uma espécie de “identidade profissional deteriorada”, uma vez que os policiais não se identificam com o que fazem e não se sentem policiais quando atuam numa UPP.

Referências bibliográficas

ALBERNAZ, Elizabete R.; **CARUSO**, Haydée; **PATRICIO**, Luciane. *Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais*. Revista São Paulo em Perspectiva, v.21, n. 2, p. 39-52, jul/dez.2007.

BITTNER, Egon. “*Florence Nightingale procurando Willie Sutton: Uma teoria de polícia.*” In: *Aspectos do trabalho policial*. Coleção Polícia e sociedade 8. São Paulo. EDUSP, 2003. p.219-249.

BOLETIM DA PM, n. 086, 16 de maio de 2014.

GEERTZ, Clifford. O saber local. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

LEMLE, Marina. *Boas práticas policiais do Rio são premiadas*. Sítio Comunidade Segura, 16/09/2009. Disponível em: <www.comunidadesegura.org/pt-br/print/43125> Acesso em: 20/11/2009.

LOPES, Jorge Antonio Paes. *“Policiamento Comunitário” e implementação do Direito Fundamental à Segurança Pública em uma “Área Especial”: o caso do Morro do Cavalo (Niterói)*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

_____ e FIGUEIRA, Luiz Eduardo. *“Os sentidos da categoria “policiamento comunitário” no contexto das práticas institucionais de policiamento no Estado do Rio de Janeiro”*. GT Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica. XXII Encontro Nacional do Conpedi – Unicuritiba, 2013.

MUNIZ, Jacqueline. *Ser policial é sobretudo uma razão de ser*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

MUNIZ, Jacqueline e PROENÇA JUNIOR, Domicio . *Bases Conceituais de Métricas e Padrões de Medida de Desempenho Policial*. In: Haydee Caruso; Jacqueline Muniz; Antonio Carlos Carballo Blanco. (Org.). *Polícia, Estado e Sociedade: Saberes e Práticas Latino-americanas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Publit Seleções Editoriais, 2007, v. 1, p. 230-280.

MUNIZ, Jaqueline; **LARVIE**, Sean Patrick; **MUSUMECI**, Leonarda; **FREIRE**, Bianca. *Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário*. Revista de Sociologia Tempo Social – USP, São Paulo 9(1): 197-213, maio de 1997.

RAMALHO, Sérgio. *Policiamento em favelas: história de fracassos*. In: O Globo, 16/11/2008. Disponível em: <aurora.proderj.rj.gov.br/resenha/.../2008-11-16_00098_page00001.pdf> Acesso em: 12/12/2009.

SAPORI, Luís Flávio. *Segurança Pública no Brasil – Desafios e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. *As várias faces das UPPs*. Revista Ciência Hoje. Vol. 46, n. 276, novembro de 2010.

SOARES, Bárbara; **LEMGRUBER**, Julita; **MUSUMECI**, Leonarda e **RAMOS**, Silvia. *O que pensam os policiais*. Revista Ciência Hoje. Vol. 49, n. 294, julho de 2012.

Sítios da Internet: www.upprj.com , acessado em 20 de maio de 2014.